

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ANEXO III.B – DIRETRIZES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ÍNDICE

1.	GLOSSÁRIO.....	3
2.	OBJETIVO	4
3.	FASE PRÉ-OPERACIONAL.....	4
4.	ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.....	16
5.	PRINCIPAIS ATIVIDADES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL.....	24
6.	TREINAMENTOS	36
7.	CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	46
8.	EQUIPAMENTOS.....	51
9.	ENERGIA	52

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

1. GLOSSÁRIO

- 1.1.** Para os fins deste ANEXO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados neste ANEXO e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

CCO	Centro de Controle Operacional
CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	Contratos atualmente vigentes, celebrados pela CPTM, que serão objeto de transferência de para CONCESSIONÁRIA, na forma do item 7
ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL	Documentos a ser emitido pelo AUDITOR INDEPENDENTE, determinando o reestabelecimento da OPERAÇÃO COMERCIAL a contar do prazo que havia sido inicialmente suspensa
ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL	Documentos a ser emitido pelo AUDITOR INDEPENDENTE, determinando a suspensão da OPERAÇÃO COMERCIAL por inadimplemento das condições específicas da CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo do presente ANEXO é:

2.1.1. Estabelecer o processo e as responsabilidades para TRANSIÇÃO OPERACIONAL da operação e da manutenção dos SERVIÇOS da CPTM para a CONCESSIONÁRIA. Na TRANSIÇÃO OPERACIONAL serão observadas as condições de convivência entre a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e outras Concessionárias e entidades, conforme as diretrizes previstas no ANEXO III.C.

2.1.2. Estabelecer o detalhamento do processo de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, o qual ocorrerá durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, período correspondente a FASE PRÉ-OPERACIONAL e à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

3. FASE PRÉ-OPERACIONAL

3.1. Com a assinatura do CONTRATO, terá início a FASE PRÉ-OPERACIONAL, período preparatório com duração de 12 (doze) meses, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, que é parte do processo de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, o qual requer um planejamento minucioso por parte da nova CONCESSIONÁRIA.

3.2. A FASE PRÉ-OPERACIONAL busca assegurar o início de uma transição eficaz das operações tendo como objetivos gerais:

- i. Transferência sem interrupção das operações de acordo com um cronograma de implementação; e
- ii. Garantia das condições de segurança operacional e de segurança contra atos de interferência ilícita.

3.3. A Concessionária deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do CONTRATO o/a i) responsável geral pela Gestão do CONTRATO, ii) responsável pelos assuntos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

de segurança e contra atos de interferência ilícita; e iii) responsável pela manutenção da frota de trens, com seus respectivos contatos.

3.4. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA terá as seguintes obrigações:

- i. Em até 3 (três) meses:
 - a. Instalar-se em local específico designado pela CPTM no CCO, para que tenha totais condições de acompanhar a operação e manutenção da CPTM;
 - b. Estar presente nos pátios e complexos de manutenção para acompanhar revisões e manutenções de material rodante;
 - c. Apresentar os PLANOS, por exceção do Plano de Transferência Operacional (PTO) e do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO.
- ii. Em até 4 (quatro) meses:
 - a. Realizar a transição da manutenção, conforme item 5.2;
- iii. Em até 6 (seis) meses:
 - a. Elaborar projeto de adaptação para aprovar no Corpo de Bombeiros e garantir a aprovação de todos os AVCBs pendentes;
 - b. De forma isonômica, compartilhar com CPTM e PODER CONCEDENTE as informações relacionadas aos processos de recrutamento da CONCESSIONÁRIA, para que os colaboradores da CPTM possuam as mesmas condições de participação de todos os demais candidatos a vagas disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA. A decisão de contratação, ou não, de qualquer funcionário da CPTM pela CONCESSIONÁRIA é discricionária. Nos casos em que a CONCESSIONÁRIA e o funcionário, em comum acordo, decidirem pela contratação, nenhum ônus trabalhista será transferido da CPTM para a CONCESSIONÁRIA.
- iv. Em preferencialmente 8 (oito) meses:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- a. Garantir, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, que o VERIFICADOR INDEPENDENTE realize ao menos 6 (seis) medições para aferir o desempenho da CPTM, como se CONCESSIONÁRIA fosse., evitando aferições em meses sazonais.
- v. Em até 10 (dez) meses:
 - a. Implantar os sistemas de monitoramento da operação e manutenção CMMS e SIGO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela capacitação dos seus colaboradores.
- vi. Em até 12 (doze) meses:
 - a. Garantir, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, que o VERIFICADOR INDEPENDENTE apresente o relatório de desempenho da CPTM e a parametrização dos INDICADORES DE DESEMPENHO (“baseline”);
 - b. Executar os INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO em até 12 (doze) meses enquanto a CPTM continua responsável pela operação e manutenção do SERVIÇO;
 - c. Obter APROVAÇÃO, pelo AUDITOR INDEPENDENTE, sobre os sistemas CMMS e SIGO para sua disponibilização desde o primeiro dia da FASE DE OPERAÇÃO ASSISTIDA;
 - d. Assumir a responsabilidade imediata sobre os CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, cabendo a própria CONCESSIONÁRIA definir a estratégia de prestação desses serviços;
 - e. Providenciar EQUIPAMENTOS adequados e infraestrutura de Informática e CFTV;
 - f. Apresentar Atestado de Brigada de Incêndio e substituir as Brigadas de Incêndios instituídas pela CPTM.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- vii. Planejar e iniciar a execução das revisões gerais imediatas de todos os trens da série 2070 e dos trens da série 7000, conforme previsto no item 5.7, sendo estes trens cedidos à CONCESSIONÁRIA de forma imediata e automática a partir do início das revisões gerais, com consentimento da CPTM. Para os primeiros 12 (doze) meses, devem ser executadas 12 (doze) revisões gerais;
- viii. Realizar os treinamentos dentro dos prazos estabelecidos;
- ix. Definir estratégia de gestão dos contratos de ENERGIA garantindo a quantidade necessária para prestação do serviço, atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e evitar falhas e/ou interrupções no SERVIÇO.

3.5. A CPTM terá as seguintes atribuições durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL:

- i. Continuar realizando a operação e manutenção do SERVIÇO de forma ininterrupta, honrando todos os custos e despesas operacionais e auferindo as receitas tarifárias e acessórias, a fim de manter o nível de serviço prestado;
- ii. Dar suporte à CONCESSIONÁRIA para que esta realize, por sua conta e risco, as revisões gerais dos trens das séries 2070 e da 7000;
- iii. Garantir a continuidade da execução de manutenção e revisão da Frota remanescente de MATERIAL RODANTE conforme previsto nos contratos de manutenção de MATERIAL RODANTE e respectivos aditivos;
- iv. Garantir a continuidade da execução e manutenção dos CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS conforme previsto nos contratos e respectivos aditivos;
- v. Destinar local específico e adequado para que a CONCESSIONÁRIA possa supervisionar a operação e manutenção do SERVIÇO, em até 3 (três) meses, inclusive destinando à CONCESSIONÁRIA espaço adequado no CCO a ser compartilhado;
- vi. Manter os níveis mínimos de desempenho, apresentando plano de ação caso os INDICADORES DE DESEMPENHO não sejam atendidos;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- vii. Fornecer as informações mais precisas e fidedignas para que a CONCESSIONÁRIA tenha totais condições de executar as principais atividades da transição operacional, listadas no item 5, treinamentos, gerir os CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, acessar aos EQUIPAMENTOS e assumir a responsabilidade sobre os contratos de ENERGIA que possam ser sub-rogados;

3.6. A CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE instalarão o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA em até 10 (dez) dias da DATA DE ASSINATURA, nos termos da Cláusula 13 do CONTRATO.

3.6.1. Será admitido que as PARTES promovam a substituição de integrantes por ela designados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, desde que exista prévia comunicação à outra PARTE.

3.6.2. Diante do compartilhamento da infraestrutura das LINHAS e dos BENS INTEGRANTES, a CPTM, a MRS, a CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE e demais concessionárias de serviços públicos de transporte de passageiros no SISTEMA METROFERROVIÁRIO também poderão indicar, cada uma, até 2 (dois) representantes para o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, caso assim desejem, visando a contribuir e facilitar os entendimentos relativos às regras de convivência, sem participar das deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

3.6.2.1. As reuniões que contarão com representantes da CPTM, da MRS, da CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE e demais concessionárias de serviços públicos de transporte de passageiros no SISTEMA METROFERROVIÁRIO serão definidas pelos representantes da CMCP, à luz da necessidade de sua

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

participação para os assuntos em pauta, ouvidos os representantes da CONCESSIONÁRIA.

- 3.6.3. A composição do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá ser futuramente alterada por decisão discricionária do PODER CONCEDENTE, especialmente caso o PODER CONCEDENTE delegue a fiscalização do CONTRATO a agência reguladora.

3.6.3.1. Em qualquer hipótese, será preservada a paridade de representantes do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.

- 3.6.4. As deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA terão efeito vinculativo, observadas as hipóteses específicas deste ANEXO na quais a deliberação caberá exclusivamente ao Coordenador da CMCP.

3.6.4.1. Na hipótese de não haver unanimidade nas deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a decisão será tomada pelo Coordenador da CMCP, e, caso a CONCESSIONÁRIA não esteja de acordo com o decidido, poderá contestar a decisão por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XXV do CONTRATO.

3.6.4.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá questionar as deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, ou a decisão a que alude a Cláusula 11.3.1 do CONTRATO, salvo no que disser respeito às ressalvas de contestação expressamente apontadas por seus representantes, devidamente formalizadas quando da deliberação, ou na hipótese de vícios ou circunstâncias ocultas, que comprovadamente não pudessem ter sido de seu conhecimento quando da deliberação.

3.6.4.3. As decisões do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverão ser, quando assim indicado pelo próprio COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, implementadas imediatamente pela CONCESSIONÁRIA, sendo a ela garantidas, para preservação de seus direitos, as prerrogativas de apresentar ressalvas sobre quaisquer deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, e de defender sua irresignação quanto a estas

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

ressalvas, pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no
CAPÍTULO XXV

3.6.5. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA não poderá estabelecer ônus e direitos para além daqueles já previstos neste CONTRATO.

3.6.5.1.A CONCESSIONÁRIA deverá consignar, expressamente, nas deliberações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a possibilidade de impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo a deliberação, nesta hipótese, ser submetida, obrigatoriamente, à apreciação do Coordenador da CMCP, previamente à sua aplicação.

3.6.5.2.Da aplicação da deliberação, poderá decorrer o direito da CONCESSIONÁRIA ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso presente alguma das hipóteses previstas na Cláusula 32 e seguintes, o qual será formalizado mediante termo aditivo ao CONTRATO.

3.6.6. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA instituirá, em até 10 (dez) dias, contados da data de sua constituição, as regras de convivência a serem observadas entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM para tratamento de questões técnicas e técnico-operacionais.

3.6.6.1.As diretrizes de convivência deverão: (i) contemplar a forma de disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, de acesso aos BENS INTEGRANTES que já estejam sob sua posse e responsabilidade, quando necessária para atividades a serem executadas, direta ou indiretamente, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CPTM, incluindo a descrição dos intervalos operacionais a serem observados para os acessos; e (ii) definir a matriz de interface e responsabilidades entre a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e a CPTM.

3.6.6.2.O acionamento do PAESE poderá ser requerido tanto em emergências operacionais ou de manutenção, quanto de necessidades de interrupções programadas dos serviços de OPERAÇÃO, vinculadas a interfaces na execução

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

de obras, realização de testes e outros, nos moldes previstos nos ANEXOS III.A e III.C.

- 3.6.7. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA permanecerá instalado enquanto forem exercíveis as suas competências e forem aplicáveis as regras de convivência, podendo ser dissolvido temporariamente ao longo do período em que não for necessária sua atuação, e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

posteriormente reinstalado, por decisão dos representantes do PODER CONCEDENTE e da CPTM.

3.6.8. As reuniões do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, que deverão ser realizadas em periodicidade mínima mensal, deverão ser consignadas em ata, cujo teor deverá ser juntado ao processo administrativo de acompanhamento do CONTRATO.

3.7. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA seguirá as seguintes observações em sua condução.

3.7.1. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA se reunirá em até 10 (dez) dias após a data de assinatura do CONTRATO.

3.7.2. A CONCESSIONÁRIA enviará para o PODER CONCEDENTE as tabelas com os cronogramas das reuniões agendadas.

3.7.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverá se reunir mensalmente ou quando convocado pelo PODER CONCEDENTE para acompanhar e dar suporte à TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL.

3.7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para cada reunião, informar ao PODER CONCEDENTE a data e hora de sua realização e encaminhar a pauta de discussão.

3.7.5. A participação do PODER CONCEDENTE nas reuniões do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA será facultativa e poderá ocorrer mediante solicitação prévia ou por interesse do PODER CONCEDENTE.

3.7.6. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE, em até 7 (sete) dias após a realização de cada reunião, a ata de reunião e a lista de presença devidamente assinada por todos os participantes.

3.7.7. A ata da reunião deverá conter, pelo menos, informações referentes aos dados de hora, local, participantes, os temas tratados, eventuais encaminhamentos, com

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

indicação dos responsáveis, datas previstas para reporte das ações adotadas e demais manifestações ocorridas na reunião.

3.8. Elaboração do PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL – PTO

3.8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o PTO levando em consideração a necessidade de estabelecer comunicação plena com todos os interessados acerca dos potenciais problemas da transição, desde o primeiro dia da eficácia do Contrato.

3.8.2. O conteúdo do PTO deverá contemplar, pelo menos, o seguinte:

3.8.2.1. Descrição da estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, com a definição das áreas de responsabilidade bem como apresentação do modelo de governança a ser adotado e as principais decisões a serem compartilhadas;

3.8.2.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a relação da equipe de gestão, indicando, minimamente:

- i. Indicação do gestor do CONTRATO;
- ii. Indicação do nome da pessoa responsável pela operação e manutenção dos SERVIÇOS;
- iii. Indicação do nome da pessoa responsável pela segurança dos SERVIÇOS;
- iv. Indicação do nome da pessoa responsável pelo MATERIAL RODANTE e respectiva manutenção;
- v. Indicação do nome da pessoa responsável pela gestão dos contratos

3.8.2.2. Relação da equipe de transição, com os responsáveis diretos pelo acompanhamento das principais áreas funcionais que, dentre outras

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

atividades, deverá validar as decisões gerenciais, em regime de operação assistida;

3.8.2.3. Ações referentes à garantia das condições de segurança operacional, falhas emergenciais na operação e de segurança civil contra atos de interferência ilícita;

3.8.2.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar minimamente o programa de treinamento que contemple todos os funcionários que trabalharão na área operacional ou em atividades relacionadas com a segurança operacional, atendendo aos requisitos de instrução mínima para garantir a segurança das operações na fase de transição e contemplando ações que atendam aos requisitos de segurança operacional.

3.8.2.4. Declaração de conformidade aos itens de manutenção, contendo identificação das oportunidades de melhoria, ações de curto prazo para a manutenção da segurança operacional, manutenção dos trens e prazos.

3.8.2.4.1. Para obtenção da declaração, pelo PODER CONCEDENTE, de aderência do PTO ao CONTRATO são necessárias:

- i. A aceitação do programa de treinamento.
- ii. A aceitação de declaração de conformidade aos itens de manutenção contendo identificação das oportunidades de melhoria, ações de curto prazo para a manutenção da segurança operacional e prazos;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

3.8.3. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar o PTO ao PODER CONCEDENTE em até 40 (quarenta) dias após a DATA DE ASSINATURA.

3.8.3.1. O PODER CONCEDENTE deverá, em até 40 (quarenta) dias após o recebimento completo do PTO, analisá-lo para verificação do atendimento aos requisitos contratuais.

3.8.3.2. Caso sejam necessários ajustes e/ou esclarecimentos, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE deverão observar os mesmos prazos de entrega e análise de novo plano.

3.9. Do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL

3.9.1. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá elaborar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e submetê-lo às PARTES, junto ao INVENTÁRIO proposto, em até 90 (noventa) dias antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme as diretrizes do ANEXO III.F.

3.9.2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão submeter eventuais divergências com relação ao RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL

3.9.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA avaliará o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e considerará as divergências apontadas pelas PARTES, na forma do ANEXO III.F, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

3.9.4. O PODER CONCEDENTE poderá determinar eventuais alterações no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, relativamente aos itens para os quais não exista consenso entre representantes do PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, em até 15 (quinze) dias antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

3.9.4.1. A CONCESSIONÁRIA poderá submeter eventuais divergências ou discordâncias com relação às decisões do PODER CONCEDENTE aos mecanismos de solução

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

de controvérsias previstos no **Error! Reference source not found.** do CONTRATO, observados os prazos prescricionais e decadenciais.

3.9.4.2. Especificamente quanto ao recebimento dos trens cedidos à VIAMOBILIDADE pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do ANEXO I, caso o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO indique inadequações quanto ao seu estado de conservação, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nos termos de sua cláusula 24.

3.9.5. Após eventual adequação do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO conforme determinações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e do PODER CONCEDENTE pelo AUDITOR INDEPENDENTE, e obtida APROVAÇÃO e não objeção do PODER CONCEDENTE para início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL nos termos da cláusula 9.8 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será convocada para assinatura do INVENTÁRIO, que valerá como TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

3.9.6. A FASE PRÉ-OPERACIONAL será encerrada com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

4. ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

4.1. A ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA corresponde a um período de 12 (doze) meses da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo a segunda e última parte da TRANSIÇÃO OPERACIONAL e com o objetivo de assegurar que a CONCESSIONÁRIA:

- i. Possua capacidade para assumir a operação e manutenção de forma definitiva, bem como todas as suas responsabilidades e riscos atreladas a esta atividade;
- ii. Receba a devida transferência de conhecimento da CPTM e aprimorou seus conhecimentos e capacidade de executar as funções objeto do CONTRATO com o devido quadro de profissionais qualificados para tal;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

4.2. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- i. Com quadro de profissionais adequado com a devida qualidade e quantidade, assumir de forma imediata todos os custos e despesas operacionais necessários para manter o nível de serviço prestado pela CPTM conforme definido no INDICADORES DE DESEMPENHO, assim como terá direito à remuneração conforme CONTRATO, assumindo todas as responsabilidades e riscos do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- ii. Atingir os níveis mínimos do INDICADOR DE DESEMPENHO previstos para o 2º ano;
- iii. Destinar local específico e adequado para que a CPTM possa supervisionar a operação e manutenção do SERVIÇO, em até 1 (um) mês, inclusive destinando espaço para a mesma no CCO a ser compartilhado;
- iv. Continuar realizando as revisões gerais imediatas da série 2070 e série 7000;
- v. Realizar as revisões e manutenções que julgarem adequadas do MATERIAL RODANTE conforme contratos vigentes da CPTM com outros fornecedores, PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO vigente e visando cumprir os INDICADORES DE DESEMPENHO;
- vi. Adquirir maquinário mínimo para manutenção de EQUIPAMENTOS fixos;
- vii. Reembolsar os custos dos funcionários da CPTM relacionados à OPERAÇÃO ASSISTIDA antes do término desta fase;
- viii. Trazer as devidas evidências do cumprimento de todas estas obrigações listadas acima para avaliação do AUDITOR INDEPENDENTE;

4.3. A CPTM terá as seguintes atribuições durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA:

- i. Assistir a operação e manutenção da CONCESSIONÁRIA, inclusive tendo direto a local específico dentro do CCO da CONCESIONÁRIA;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- ii. Promover todos os treinamentos de sua responsabilidade respeitando a carga horária pré-estabelecida. Caso a CONCESSIONÁRIA indique que o nível do treinamento não foi satisfatório, a CPTM deverá realizar um novo programa de capacitação, até atingir o nível satisfatório indicado pela CONCESSIONÁRIA;

4.4. Durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, o PODER CONCEDENTE deverá garantir a transição adequada e a convivência com demais entes conforme descrito no ANEXO III.C.

4.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE (i) aferirá mensalmente os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA, enviando cópia para o AUDITOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE; e (ii) realizar pesquisa de satisfação indicando o grau de satisfação dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA com a capacitação da CPTM;

4.5.1. Independentemente do envio mensal de informações e conforme previsto no CONTRATO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá, conforme solicitação do AUDITOR INDEPENDENTE, consolidar os dados aferidos durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA para elaborar relatório consolidando o desempenho da CONCESSIONÁRIA DO PERÍODO.

4.5.2. O relatório de mencionado no item acima deverá ser objetivo e consolidar as informações do período, incluindo seção específica para avaliar a evolução dos do desempenho da CONCESSIONÁRIA ao longo dos meses e outra para comparar o desempenho da CONCESSIONÁRIA com os INDICADORES DE DESEMPENHO parametrizados (“*baseline*”).

4.5.3. A pesquisa de satisfação deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias da entrega da conclusão das capacitações e ser enviada ao AUDITOR INDEPENDENTE, independentemente de qualquer solicitação.

4.6. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE quanto ao cumprimento de todas as obrigações relativas à OPERAÇÃO ASSISTIDA, em até 10 (dez) meses

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos do CONTRATO.

- 4.7.** Mediante justificativa técnica formal, após 6 (seis) meses do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a conclusão antecipada da OPERAÇÃO ASSISTIDA, comprovando o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a conclusão das obrigações contratuais, especialmente dos INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO, nos termos da CLAUSULA 8.3, I, do CONTRATO;

REESTABELECIMENTO DA FASE PRÉ-OPERACIONAL

- 4.8.** O PODER CONCEDENTE poderá reestabelecer a FASE PRÉ-OPERACIONAL caso, após a o início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, materializem-se, por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados, num período de 4 (quatro) meses, pelo menos 2 (duas) das seguintes hipóteses referentes aos INDICADORES DE DESEMPENHO detalhados no ANEXO III.D:

- i. $FQP_{pico}^{L11} \leq 0,67$
- ii. $FQP_{pico}^{L12} \leq 0,50$
- iii. $FQP_{pico}^{L13} = 0,00$
- iv. $FQP^{exp} = 0,00$
- v. $UTS_{pico} = 0,00$
- vi. $UTS_{exp} = 0,00$
- vii. $MRO1 = 0,00$
- viii. $DISP_{est} \leq 0,95$
- ix. $IAL^{L11} \leq 0,00$
- x. $IAL^{L12} \leq 0,00$
- xi. $IAL^{L13} \leq 0,00$
- xii. $IAL^{exp} \leq 0,00$

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

4.9. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no âmbito de suas atribuições contratuais, deverá realizar a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e acompanhar se, a qualquer tempo, a condição descrita no item 4.8 foi atendida.

4.9.1. Materializada a condição descrita no item 4.9, a ser substantiada por meio dos relatórios mensais de aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá notificar o PODER CONCEDENTE.

4.10. Uma vez atendida a condição de que trata o item 4.8, será facultado ao PODER CONCEDENTE emitir a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.

4.10.1. A ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL acarretará o reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL pelo prazo adicional de [●] (●) dias, ficando a CPTM responsável pela prestação dos SERVIÇOS dentro deste período.

4.10.1.1. Na ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL, caberá ao PODER CONCEDENTE indicar a extensão da retomada dos SERVIÇOS pela CPTM, diante da natureza das falhas identificadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, podendo manter parte dos encargos operacionais com a CONCESSIONÁRIA, no que não obstarem a assunção dos SERVIÇOS pela CPTM.

4.10.1.2. A ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO ensejará, enquanto vigente, na perda do direito ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL pela CONCESSIONÁRIA, observado o que versa o item 4.10.2.

4.10.1.3. Não obstante ao disposto no item 4.10.1.2, a CONCESSIONÁRIA permanece incumbida de gerar as informações necessárias para o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, nos termos do ANEXO IX.

4.10.1.4. As PARTES cooperarão, de boa-fé, para retomada da prestação dos SERVIÇOS pela CPTM, permanecendo a CONCESSIONÁRIA integralmente

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

responsável pela parcela dos encargos operacionais que não forem atribuídas à CPTM, conforme disposto no item 4.10.1.1.

4.10.2. O reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor do PODER CONCEDENTE, cujo valor será calculado como a diferença entre:

(a) o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL ao qual a CONCESSIONÁRIA teria direito não fosse a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL; e

(b) o valor dos custos incorridos pela CPTM no período entre a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL e a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.

4.10.2.1. O valor de do item “b” acima será calculado utilizando-se a média mensal das despesas nominais da CPTM com os SERVIÇOS da LINHA 11, da LINHA 12, da LINHA 13 e do EXPRESSO AEROPORTO na FASE PRÉ-OPERACIONAL, aferidas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, durante o período em que viger o reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL estiver vigente.

4.10.2.1.1. O valor de que trata o item 4.10.2.1 será reajustado pelo IPCA/IBGE na mesma periodicidade que os componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO IX.

4.10.2.2. O reequilíbrio será efetivado levando-se em conta a totalidade das despesas incorridas pela CPTM nos termos do item 4.10.2.1 e previstas no ANEXO III.B, independentemente da extensão da assunção dos SERVIÇOS pela CPTM.

4.10.2.3. Caso o cálculo de que trata o item 4.10.2 resulte em valor positivo, considerar-se-á que o desequilíbrio em favor do PODER CONCEDENTE estará

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

devidamente recomposto, havendo quitação integral do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO descrito no referido item.

4.10.2.4. Caso o cálculo de que trata o item 4.10.2 resulte em valor negativo, considerar-se-á que há desequilíbrio em favor do PODER CONCEDENTE equivalente ao módulo do referido resultado, a ser recomposto na forma do item 4.10.2.5.

4.10.2.5. O EVENTO DE DESEQUILÍBRIO relativo ao reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL será reequilibrado mediante desconto na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, salvo acordo em contrário entre as PARTES.

4.10.2.6. O desconto na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA indicado no item 4.10.2.5 será implementado por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes à emissão da ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.

4.10.2.6.1. Os descontos em cada NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO limitar-se-ão a $[\bullet] \% (\bullet)$ do valor calculado para a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, e deverão ser realizados até que o valor do desequilíbrio seja integralmente quitado, sem qualquer tipo de reajuste.

4.10.2.6.2. A recomposição do equilíbrio em favor do PODER CONCEDENTE de que tratam este item 4.10.2 será implementada sem a necessidade de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

formalização de TERMO ADITIVO MODIFICATIVO, salvo se houver acordo diverso, conforme indicado no item 4.10.2.5.

4.10.2.7. Para além do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL acarretará a imposição da penalidade prevista no ANEXO V.

4.10.3. Durante o período de reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, os indicadores de desempenho referentes à parcela dos encargos operacionais não atribuídos à CONCESSIONÁRIA serão calculados na forma prevista no ANEXO III.D.

4.11. Até o encerramento do prazo previsto na Cláusula 4.10.1, caberá à CONCESSIONÁRIA comprovar sua aptidão para a operação dos SERVIÇOS.

4.11.1. A capacidade da CONCESSIONÁRIA, ou do OPERADOR SUBCONTRATADO, quando o caso, de reiniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL será objeto de APROVAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, cuja avaliação será motivada por notificação da CONCESSIONÁRIA.

4.11.1.1. Para emissão da APROVAÇÃO de que trata o item acima, caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE atestar o atendimento a todos os requisitos previstos para o início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, conforme indicado nas cláusulas 7 e 9 do CONTRATO, com exceção da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

4.11.1.2. Emitida a APROVAÇÃO, o PODER CONCEDENTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar objeção justificada ao início da OPERAÇÃO COMERCIAL, necessariamente com amparo em: (i) relatório emitido pela CMCP; (ii) manifestação técnica apresentada pela CPTM; e / ou (iii) relatório emitido pelo APOIO TÉCNICO.

4.11.1.3. Após o transcurso do prazo previsto na Cláusula 4.11.1.2, e respeitada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias necessária para a realização de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

providências indispensáveis para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, o AUDITOR INDEPENDENTE emitirá ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL.

4.11.2. Caso a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL não seja emitida em até [●] (●) dias do encerramento do prazo previsto na Cláusula 4.10.1, por culpa da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá optar pela rescisão unilateral do CONTRATO.

4.11.3. A CONCESSIONÁRIA deverá ceder à CPTM, gratuitamente, os BENS INTEGRANTES necessários à execução dos encargos operacionais a ela atribuídos, durante o período de reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

4.11.3.1. Quaisquer passivos ou vícios nos BENS INTEGRANTES que decorram, comprovadamente, de ato ou omissão da CPTM ou de seus prepostos durante o período de reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, serão remediados pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou por meio de delegação à CONCESSIONÁRIA, mediante reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

5. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL

5.1. ASSUNÇÃO DE MÃO DE OBRA PROVINDA DA CPTM

5.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer uso de mão-de-obra experiente da CPTM, nos primeiros 6 (seis) meses da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, com o intuito de garantir

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

que a transição operacional ocorra sem interferências na qualidade do serviço e a transferência de conhecimento se dê de forma gradual e compreensível.

5.1.2. A mão-de-obra a ser disponibilizada pela CPTM será relacionada às funções de operação e manutenção, conforme especificações a seguir e selecionada, em comum acordo entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM durante a FASE PRÉ OPERACIONAL.

5.1.3. Condições mínimas de prazo e critérios:

5.1.3.1.A CONCESSIONÁRIA receberá o quadro de empregados operacionais e de manutenção definido para o período, cujos custos deverão ser reembolsados à CPTM. Os funcionários da CPTM alocados à CONCESSIONÁRIA irão atuar sob a orientação dos responsáveis designados pela CONCESSIONÁRIA para cada função, sem qualquer interferência da CPTM na forma de prestação dos serviços.

5.1.3.2.Não obstante a alocação de funcionários da CPTM à CONCESSIONÁRIA para fins de OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA permanecerá como responsável pela prestação dos SERVIÇOS, na forma indicada no CONTRATO, não sendo, em nenhuma hipótese, desonerada de qualquer obrigação, responsabilidade, ou penalização, pelo fato de eventual descumprimento ou infração contratual decorrente de conduta atribuível ao funcionário alocado à CONCESSIONÁRIA.

5.1.3.3.Na hipótese de conduta inapropriada de funcionário da CPTM que tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA, atuação deficiente ou em desacordo com orientações da CONCESSIONÁRIA, esta poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a substituição do funcionário da CPTM por outro que exerça função

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

equivalente, devendo a CPTM atender à solicitação no prazo, máximo, de 15 (quinze) dias e proceder com as averiguações disciplinares adequadas.

5.1.3.4. Durante os primeiros 90 (noventa), a CONCESSIONÁRIA poderá manifestar interesse na prorrogação do prazo inicialmente fixado em 180, por mais 180 dias, indicando eventuais alterações na quantidade ou nas funções exercidas pelos empregados demandados, dentre as listadas na tabela abaixo, devendo tal solicitação ser atendida pela CPTM se a quantidade solicitada não superar o quantitativo para cada função listado na tabela citada. Caso a CONCESSIONÁRIA solicite a designação de quantitativo maior do que o listado na tabela abaixo, a CPTM poderá atender à solicitação, a seu critério, desde que a alocação desses funcionários não gere prejuízos às atividades desempenhadas pela CPTM.

5.1.3.5. Qualquer alteração na quantidade ou nas funções exercidas pelos empregados demandados deverá refletir na remuneração da CONCESSIONÁRIA para a CPTM.

5.1.3.6. A CONCESSIONÁRIA, durante o processo seletivo para contratação definitiva de funcionários da CPTM, deverá informar à CPTM os funcionários que serão recrutados e a CPTM envidará todos os esforços para facilitar a transição sob os aspectos legais e processuais, atuando para priorizar os trâmites trabalhistas.

5.1.4. Cargos, quantidades e custos

5.1.4.1. A tabela a seguir descreve os cargos, quantidades e custos de mão de obra de operação e de manutenção providas da CPTM, que devem ser alocadas no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

quadro de empregados da CONCESSIONÁRIA nos primeiros 6 (seis) meses de
OPERAÇÃO ASSISTIDA:

CARGO	QUANTIDADE DE MÃO DE OBRA CONTRATADA DA CPTM	VALOR DE DESEMBOLSO MENSAL POR EMPREGADO	VALOR MENSAL A SER REEMBOLSADO À CPTM
Lider de Manutenção – Civil	2	R\$ 14.533,93	215.066
Lider de Manutenção – Industrial	5	R\$ 17.255,31	241.275
Lider de Manutenção – Metalúrgico	1	R\$ 16.072,41	R\$ 16.072,41
Lider de Manutenção – Via Permanente	2	R\$ 17.064,03	R\$ 34.128,06
Supervisor Geral de Manutenção	12	R\$ 23.773,71	R\$ 285.284,52
Maquinista	323	R\$ 15.282,51	R\$ 4.936.250,73
Operador de Console de Circulação	4	R\$ 19.558,30	R\$ 78.233,20
Operador de Console de Passageiros	4	R\$ 15.888,36	R\$ 63.553,44
Supervisor Geral de Tração	12	R\$ 23.959,96	R\$ 287.519,52
Supervisor Geral do CCO	4	R\$ 21.660,69	R\$ 86.642,76
TOTAL	369		R\$ 5.903.029,05

5.1.4.2. Os valores de desembolso mensal por empregado baseiam-se em valores médios hoje praticados pela CPTM (junho/2023), e representam o valor a ser ressarcido à CPTM, independentemente da remuneração efetiva do empregado designado à CONCESSIONÁRIA.

5.1.4.3. Caso a utilização de empregados da CPTM reembolsados por este critério se estenda por mais de um ano desde o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, estes valores serão corrigidos, observada, se pertinente, a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

valorização salarial concedida pela CPTM ou a variação acordada no dissídio coletivo da categoria.

5.1.4.4. Os cargos previamente definidos apresentam minimamente as qualificações descritas a seguir:

- 5.1.4.4.1. Líder de Manutenção – Civil: O líder de manutenção na área de construção civil acompanha e orienta as atividades de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e infraestruturas prediais. Distribui serviços aos empregados, elabora escalas de trabalho e acompanha ordens de serviço, entre outras atividades. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
- 5.1.4.4.2. Líder de Manutenção – Industrial: O líder de manutenção industrial supervisiona as atividades de manutenção elétrica e eletromecânica e similares, de acordo com metas e normas de segurança, saúde e qualidade, administra recursos materiais, técnicos e financeiros e revisa planos de inspeções. Em relação a novos empreendimentos, analisa com o superior detalhes e instruções técnicas do projeto a ser executado. Orienta e acompanha a execução do cronograma. Interpreta projetos, relatórios, registros da construção e ordens de serviço, participa das instalações elétricas do canteiro de obras, definindo locais físicos conforme projeto. Compõe equipes, distribui tarefas e acompanha a realização delas. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
- 5.1.4.4.3. Líder de Manutenção – Metalúrgico: O líder de manutenção metalúrgico lidera a equipe de demais oficiais nas rotinas de manutenção metalúrgica, efetua manobras em trens de serviços, montagem e instalação de máquinas, componentes e equipamentos. Avalia condições de funcionamento de componentes e programa

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

parada de máquinas para manutenção. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.

- 5.1.4.4.4. Líder de Manutenção – Via Permanente: O líder de manutenção de via permanente acompanha e orienta as atividades de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e infraestruturas relacionadas à via permanente, efetua manobras em trens de serviços. Distribui serviços aos empregados, elabora escalas de trabalho e acompanha ordem de serviços, entre outras atividades. O profissional terá no mínimo 3 (três) anos de experiência.
- 5.1.4.4.5. Supervisor Geral de Manutenção: Profissionais de supervisão geral de manutenção planejam, supervisionam e orientam tecnicamente as atividades de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de sua área de atuação específica (Trens metropolitanos), fazendo cumprir normas, instruções de serviço, programações, cronogramas e estratégias de manutenção. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.4.6. Maquinista: Opera trem unidade e/ou locomotiva, nas modalidades automático, semiautomático e manual, preparando-os para entrar em serviço, examinando livro de bordo, documentos de trens, parte mecânica, instrumentos e outros. Pode ainda realizar testes e manobras, possibilitando o transporte urbano e suburbano de passageiros, e auxilia na monitoração da prática operacional para formação de novos maquinistas. Por fim, pode executar outras tarefas inerentes à sua área, como elaborar relatórios de viagens da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

composição. O profissional terá no mínimo 5 (cinco) anos de experiência.

- 5.1.4.4.7. Operador de Console de Circulação (CCO): Controla a circulação de trens e veículos metroferroviários de manutenção, programa horários de circulação de trens, inclusive em casos de pane. Controla atividades de pátios e terminais. Presta serviços de apoio ao usuário e supervisiona equipe de trabalho. Preenche relatórios, planilhas, documentos de despacho, diário operacional e boletins de ocorrência. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.4.8. Operador de Console de Passageiros (CCO): Opera e comanda equipamentos de monitoramento e controle de energia elétrica. Registra e controla dados operacionais, falhas, ocorrências e programações de serviços relacionadas aos sistemas operacionais, emitindo os respectivos relatórios. Administra estações. Presta serviços de apoio ao usuário e supervisiona equipe de trabalho. Preenche relatórios, planilhas, documentos de despacho, diário operacional e boletins de ocorrência. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.4.9. Supervisor Geral de Tração: Profissional responsável pelos processos relativos à administração e disponibilização dos veículos da frota. Além disso, também é sua função implementar novos processos, receber e preparar carros novos, fazer o controle de veículos, acompanhar a movimentação e a utilização da frota. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.
- 5.1.4.4.10. Supervisor Geral de Centro de Controle Operacional (CCO): Supervisiona a equipe de operadores de CCO, mediando a equipe do CCO com a operação externa das unidades, controlando as

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

informações disponibilizadas em busca de eficiência operacional e a qualidade no atendimento aos usuários. Pode desempenhar outras atividades, como a aplicação de treinamentos e atribuições que colaborem para a melhoria contínua do fluxo operacional. É o responsável pela supervisão de todas as ações de controle efetuadas pelo CCO para prover a oferta de transporte programada, o controle e a disponibilização de equipamentos para as atividades de manutenção (programada e corretiva), a monitoração dos sistemas de eletrificação e telecomunicações, e o acompanhamento de atuações para contornar eventuais contingências no sistema. O profissional terá no mínimo 8 (oito) anos de experiência.

5.2. TRANSIÇÃO DA MANUTENÇÃO

- 5.2.1. O PODER CONCEDENTE dará acesso à CONCESSIONÁRIA aos ativos constantes do ANEXO I: estações, terminais, material rodante, todas as instalações físicas, equipamentos, sistemas, pátios, subestações, via permanente, sinalização, material rodante, sobressalentes, equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, softwares específicos, documentação de projeto e manutenção etc. para avaliação e reconhecimento da CONCESSIONÁRIA e elaboração do inventário pelo do AUDITOR INDEPENDENTE, o qual constitui condição para a emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
- 5.2.2. A CONCESSIONÁRIA receberá os bens inventariados no estado em que se encontram, nos termos do ANEXO II.E e do CONTRATO.
- 5.2.3. A entrega de ativos e materiais sobressalentes se ajustará ao indicado no ANEXO I.
- 5.2.4. Em até 90 (noventa) dias a partir do início da DATA DE ASSINATURA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a lista de sobressalentes necessários integrantes dos PLANOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO e a declaração de sua suficiência. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá então avaliar essa lista de sobressalentes e emitir

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

APROVAÇÃO de sua conformidade com o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para o primeiro ano de operação. A CONCESSIONÁRIA deverá obter e manter em estoque todos os sobressalentes necessários antes do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL de forma a garantir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS. Como condição para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá atestar que todos os sobressalentes necessários estão disponíveis.

5.3. AVCBs

- 5.3.1. Os AVCBs consistem em um documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo.
- 5.3.2. O documento tem como finalidade comprovar que, no momento da vistoria realizada pelos bombeiros, a edificação apresentou todas as condições necessárias para evitar e combater a ocorrência de incêndios.
- 5.3.3. Durante a vistoria, são avaliados a presença de rotas de fuga para casos de acidentes, os equipamentos e sistemas de combate a incêndios, incluindo a sinalização do trajeto e as saídas de emergência.
- 5.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá (i) apresentar Atestado(s) de Brigada de Incêndio, nos termos da Instrução Técnica nº 01/2019 (Procedimentos Administrativos – Anexo “J”) e da Instrução Técnica nº 17/2014 (Brigada de Incêndio), ambas do Corpo de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

Bombeiros do Estado de São Paulo; e (ii) substituir a(s) Brigada(s) de Incêndio instituída(s) pela CPTM, ambas até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

- 5.3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá regularizar os AVCBs de todas as estações em até 4 (quatro) meses, antes do término da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

5.4. PROCESSOS DE RECRUTAMENTO

- 5.4.1. Os processos de recrutamento da CONCESSIONÁRIA deverão ser amplamente divulgados para CPTM, PODER CONCEDENTE, e através de mídias e veículos de grande circulação e exposição;
- 5.4.2. Os pré-requisitos de cada seleção devem ser adequados para atendimento dos melhores níveis de serviço, operação e manutenção exigindo integridade e devida experiência para desempenho das funções;

5.5. INDICADORES DE DESEMPENHO

- 5.5.1. O quadro de indicadores de desempenho previsto no ANEXO III.D do CONTRATO deve ser atualizado em até 10 (dez) meses após o início da FASE PRÉ-OPERACIONAL tendo o aval do PODER CONCEDENTE, com o suporte do VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 5.5.2. Ao final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá atualizar os INDICADORES DE DESEMPENHO conforme resultados mais recentes, considerando, no mínimo 6 (seis) aferições durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL.

5.6. INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO

- 5.6.1. Trata-se dos custos e investimentos realizados ainda na FASE PRÉ-OPERACIONAL, visando trazer melhorias imediatas na operação e manutenção e para os passageiros.
- 5.6.2. A relação contendo os serviços e intervenções imediatas pode ser encontrada no APENSO 1 deste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

5.6.3. Dentre eles destacam-se os investimentos em estações e acessibilidade conforme listados a seguir:

5.6.3.1. **Acessibilidade** – Adequações no Acesso tais como pontos de parada, embarque/desembarque, bicicletário, paraciclo, sinalização horizontal, pavimentos, calçadas, pisos, postes, faixas de pedestres, rampas, escadas,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

escadas rolantes, elevadores, passarelas, passagem inferior, bloqueios acessíveis, rotas táteis, sanitários públicos acessíveis;

5.6.3.2. Implantação de Placas Fotovoltaicas;

5.6.3.3. Adaptações e instalações de combate a incêndio e rota de fuga;

5.6.3.4. **Primeiros Socorros** – Implantação de Salas de Primeiros Socorros;

5.6.3.5. **Ambiente dos Colaboradores** – melhorias nos sanitários e vestiários operacionais tornando-os acessíveis e nos refeitórios;

5.6.3.6. **Iluminação** – adequação de iluminação interna e implantação de iluminação de emergência;

5.6.3.7. Substituição de Comunicação Visual;

5.6.3.8. **Reparos** – em paredes e vedações, nos pisos e revestimentos, pintura interna/externa, forros, coberturas, impermeabilização, laje/teto, pilar, viga, hidráulica e elétrica, esquadrias e equipamentos diversos;

5.6.3.9. **Construções** – construção de edificação anexa, mezanino, alvenaria, cobertura de plataforma;

5.6.3.10. **Plataformas** – alteamento, nivelamento, ampliação, prolongamento de plataforma e redutores de vão;

5.7. REVISÕES GERAIS IMEDIATAS

5.7.1. Deverão ser realizadas as revisões gerais de forma imediata dos trens da série 2070 e dos 19 trens da série 7000, desde o início da FASE PRÉ-OPERACIONAL;

5.7.2. Para os 12 (doze) meses da FASE PRÉ-OPERACIONAL estão previstas 12 revisões gerais;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

- 5.7.3. A CONCESSIONÁRIA deverá dar preferência por iniciar as RG pela frota da Série 2070 visando sempre atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos.
- 5.7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá notificar o PODER CONCEDENTE com 30 (trinta) dias de antecedência antes de iniciar as revisões gerais;
- 5.7.5. A partir do momento que se iniciarem as revisões gerais, os trens estão automaticamente cedidos à CONCESSIONÁRIA;
- 5.7.6. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a responsabilidade de forma integral por todos os riscos incorridos nesta etapa de revisões gerais.

6. TREINAMENTOS

6.1. TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL

- 6.1.1. Esta etapa terá duração de 4 (quatro) meses a contar do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL. Tal prazo poderá ser prorrogado, por acordo entre a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e a CPTM, de forma a atender os interesses mútuos e ao interesse público, podendo, em casos específicos, conduzir à postergação do início da fase do treinamento de campo, disciplinado no item 6.3..
- 6.1.2. O PODER CONCEDENTE, por intermédio da CPTM, entregará à CONCESSIONÁRIA os manuais de operação disponíveis, recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade.
- 6.1.3. O PODER CONCEDENTE, por intermédio da CPTM, transferirá o conhecimento operacional à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas com MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA qualificados, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. Estes MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir formação em engenharia ou tecnólogo na

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

modalidade adequada a cada sistema, equipamento e instalação. As modalidades utilizadas na operação são: telecomunicações, eletrônica (sistemas de controle, sinalização, controle de trens, bloqueios etc.), elétrica (sistema de alimentação elétrica), eletromecânicos (escadas rolantes, elevadores etc.), mecânica (trens etc.) e mecatrônica (automação). O treinamento será ministrado na língua portuguesa.

- 6.1.4. O conhecimento a ser transferido deverá subsidiar os técnicos da CONCESSIONÁRIA quanto à operação dos equipamentos em si. A interação operacional ou a aplicação de estratégias operacionais deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 6.1.5. Os treinandos que receberão a transferência de conhecimento dos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir conjunto de conhecimentos e habilidades específicas ao respectivo campo de atuação prática, sendo tais conhecimentos comprovados através de currículos com as devidas declarações e/ou certificações, a serem exibidos ao AUDITOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, quando assim for exigido.
- 6.1.6. Todos os profissionais que serão treinados pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA e que exercerão atividades em sistemas elétricos ou a eles estiverem expostos, mesmo que temporariamente, deverão, obrigatoriamente, precedentemente ao treinamento a ser ministrado pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, possuir capacitação nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-10 e a NR-35, comprovando ao AUDITOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, quando assim for exigido, tais habilitações através de certificados devidamente reconhecidos.
- 6.1.7. O cronograma de execução desta etapa deverá ser acordado entre as equipes das gerências de operação e de manutenção da CPTM e da CONCESSIONÁRIA, respeitando os prazos de cada sistema e, quando houver, o sequenciamento obrigatório da execução. Nesse período, serão ministrados subsídios teóricos e subsídios práticos, nos ativos do trecho operacional. Também nesse período os MULTIPLICADORES DA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

CONCESSIONÁRIA poderão acompanhar as atividades de operação desenvolvidas pelas equipes da CPTM nos ativos do trecho operacional.

6.1.8. A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar o treinamento com todos os seus colaboradores participantes concedendo uma nota de satisfação geral. Caso a avaliação não atinja a nota mínima de 70% de satisfação, o PODER CONCEDENTE e a CPTM deverão realizar o treinamento novamente até que a avaliação atinja a nota mínima.

6.1.9. Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir.

CARGA MÍNIMA DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS PARA TODAS AS LINHAS DA CONCESSÃO

ITENS	SISTEMA	DIAS ÚTEIS
1	Sistemas Auxiliares	10
2	Sistemas de Alimentação Elétrica	12
3	Via Permanente	15
4	Sistema de Sinalização	45
5	Sistema de Controle Centralizado (controlador CCO)	60 +30 ⁽¹⁾
6	Material Rodante (maquinistas)	80 +30 ⁽¹⁾
7	Sistema de Arrecadação	6
8	Atendimento	3
9	Segurança Pública	40
10	Estratégias	50

6.1.10. O treinamento técnico dos controladores de CCO (para todos os consoles) e dos maquinistas poderá ser estendido por mais 30 (trinta) dias, mantendo-se as etapas posteriores (treinamento em campo e transferência e monitoramento) sem que isso implique a extensão dos prazos fixados para essas duas últimas etapas.

6.1.11. Especificação da formação de MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA para o treinamento de condução dos trens (maquinistas):

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
INTEGRAÇÃO (VISITA AO CCO E CCMs)	8

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
SISTEMA NORMATIVO	80
DIAGRAMA	8
TREM SÉRIES 2070, 2500, 7000, 7500, 8500 E 9000	
- Tecnologia (Teoria)	80
- Tecnologia (<i>in loco</i>)	60
AMVs E MANOBRAS	64
SIMULADOR (CONDUÇÃO E TRECHO)	80
CONHECIMENTO DO TRECHO <i>IN LOCO</i>	72
REBOQUE	24
TOTAL HORAS	476
PRÁTICA DE CONDUÇÃO SUPERVISIONADA POR LINHA	144 ⁽²⁾ POR LINHA
CENÁRIOS PARA PRÁTICA SUPERVISIONADA	
⁽²⁾ Prática de Condução Supervisionada = 18 dias, sendo: - 8 dias turno da manhã (3 viagens/dia); - 7 dias turno da tarde (3 viagens/dia); - 3 dias turno da noite (8 horas/dia, contemplando 1 viagem e recolhimento dos trens nos pátios e abrigos).	

6.1.12. Ao término da fase de transferência de conhecimento operacional deverá ser iniciado o treinamento aplicado em campo pela CONCESSIONÁRIA (treinamento em campo).

6.2. TREINAMENTO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

6.2.1. Esta etapa terá duração de 4 (quatro) meses a contar do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

6.2.2. O PODER CONCEDENTE, por intermédio da CPTM, entregará à CONCESSIONÁRIA manuais de manutenção disponíveis, recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade.

6.2.3. O PODER CONCEDENTE, por intermédio da CPTM, transferirá o conhecimento básico de manutenção à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas e treinamento de MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. Estes MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir formação em engenharia ou tecnólogo na

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

modalidade adequada a cada sistema, equipamento e instalação. O treinamento será ministrado em língua portuguesa.

- 6.2.4. Os treinandos que receberão a transferência de conhecimento dos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA deverão possuir conjunto de conhecimentos e habilidades específicas ao respectivo campo de atuação prática, sendo tais conhecimentos comprovados através de currículos com as devidas declarações e/ou certificações, a serem exibidos ao AUDITOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, quando assim for exigido. Para a identificação da formação mínima constam do Apenso 2, como referência, as exigências adotadas pela CPTM para a contratação de alguns profissionais de cargos de manutenção.
- 6.2.5. O conhecimento, baseado nos manuais de manutenção dos fornecedores de propriedade da CPTM, será transferido de forma a orientar/treinar os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA quanto à manutenção dos equipamentos em si. A organização ou a aplicação de estratégias de manutenção deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 6.2.6. Todos os profissionais que serão treinados pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA e que exercerão atividades em sistemas elétricos ou a eles estiverem expostos, mesmo que temporariamente, deverão, obrigatoriamente, precedentemente ao treinamento a ser ministrado pelos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, possuir capacitação nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-10, comprovando ao AUDITOR INDEPENDENTE, e ao PODER CONCEDENTE quando assim for exigido, tais habilitações através de certificados devidamente reconhecidos.
- 6.2.7. Respeitando o prazo definido, a CONCESSIONÁRIA poderá propor cronograma de execução dos treinamentos. Nesse período, serão realizados os treinamentos teóricos e treinamentos práticos nos ativos do trecho operacional. Também nesse período, os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA acompanharão as atividades de manutenção desenvolvidas pelas equipes da CPTM nos ativos do trecho operacional.

6.2.8. Os sistemas envolvidos estão listados na tabela a seguir:

RELAÇÃO DE REPASSES PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DAS LINHAS

SISTEMAS	CARGA HORÁRIA (HORAS)
SCAP (Bloqueios) e SCL	40
Telecomunicações	80
Sinalização	80
Média Tensão	40
Baixa Tensão	24
Subestações e Cabines	40
Rede Aérea	40
Auxiliares	40
Escadas Rolantes	24
Material Rodante Série 2070	64
Material Rodante Série 2500	64
Material Rodante Série 7000/7500	64
Material Rodante Série 8000	64
Material Rodante Série 8500	64
Material Rodante Série 9000	64
Manutenção Civil	24
Via Permanente	80
TOTAL	576

6.3. TREINAMENTO EM CAMPO

6.3.1. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, envolvendo todas as atividades necessárias à qualificação dos empregados da CONCESSIONÁRIA por seus MULTIPLICADORES/instrutores.

6.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido, em complemento ao quadro mencionado neste ANEXO, todo o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

- 6.3.3. Os MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados, capacitando-os para as atividades de manutenção nos equipamentos e sistemas.
- 6.3.4. No período de treinamento em campo a CONCESSIONÁRIA acompanha a manutenção da CPTM, *pari passu*, treinando seu pessoal e tomando conhecimento sobre como se executa a “carteira de serviços” (tarefas de manutenção e programação).
- 6.3.5. Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da “carteira de serviços” atual e insere as informações pertinentes no seu Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção (CMMS), constante dos ANEXOS III.A e III.D, no último dia deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado, nos termos dos anexos citados.
- 6.3.6. Neste período, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar o reconhecimento de todas as estações, subestações e demais instalações, avaliando as condições existentes para a manutenção de sistemas e equipamentos.

6.4. TRANSFERÊNCIA/MONITORAMENTO

- 6.4.1. Este período de 90 (noventa) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, envolverá a supervisão por parte da CPTM das atividades de manutenção dos sistemas (preventiva, corretiva e de restabelecimento, de campo e oficinas) que passam a ser executadas pela CONCESSIONÁRIA, recebendo e se responsabilizando pela execução de todos os serviços necessários para a execução das atividades de manutenção dos sistemas, com aplicação dos materiais necessários.
- 6.4.2. Nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias da supervisão, a manutenção será assistida pela CPTM, que manterá técnicos para acompanhamento das equipes de manutenção da CONCESSIONÁRIA, *pari passu*, para auxiliar e orientar, quando necessário, na

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

execução das atividades de manutenção. Nos 45 (quarenta e cinco) dias restantes, a supervisão estará disponível nos Complexos Luz, Roosevelt e Eng. São Paulo e na Base de Manutenção de Calmon Viana, durante o período integral nos horários de pico e manutenção noturna, para atendimento das demandas.

- 6.4.3. No decorrer deste período de transição, com duração de 90 (noventa) dias, deverão ser efetivadas todas as transferências previstas de recursos de manutenção.
- 6.4.4. As linhas de estacionamento do Pátio Luz serão compartilhadas com as demais linhas da CPTM que continuarão utilizando conjuntamente para manutenção de outras linhas, devendo ser observado, no que couber, os projetos constantes do ANEXO II.A. Para tanto deverão ser observadas as regras de convivência definidas no ANEXO III.C, bem como de desenvolvimento das infraestruturas de manutenção para a CONCESSÃO, definidas no ANEXO II.G.
- 6.4.5. Nas regras de convivência do compartilhamento do uso do Pátio Luz deverão ser desenvolvidos acordos específicos entre CONCESSIONÁRIA e CPTM, com anuência do PODER CONCEDENTE, para compartilhamento de despesas com energia, consumo de água e outros recursos.

6.5. TREINAMENTO APLICADO PELA CONCESSIONÁRIA

- 6.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido, em complemento ao quadro mencionado neste ANEXO, todo o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA.

- 6.5.2. Os MULTIPLICADORES da CONCESSIONÁRIA qualificam os seus empregados, capacitando-os para a atividade de operação nos sistemas.
- 6.5.3. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. Nesta etapa a CONCESSIONÁRIA treinará seu pessoal operativo envolvendo todas as atividades necessárias à operação.
- 6.5.4. O simulador de operação de trens que atualmente está instalado na estação Suzano será utilizado para o treinamento prático dos empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, para o qual deverá programar acesso para treinamento junto com a CPTM. Este simulador fará parte do inventário da CONCESSIONÁRIA e será de uso exclusivo desta.
- 6.5.5. O simulador de operação de trens atualmente instalado na Lapa poderá ser utilizado para o treinamento prático dos empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, a qual, para tanto, deverá programar acesso para treinamento junto à CPTM. O simulador não será parte integrante do INVENTÁRIO.
- 6.5.6. Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da operação da CPTM, desenvolve o SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE OPERAÇÃO (SIGO), constante dos ANEXOS III.A e III.D, e insere as informações pertinentes, no último dia deste

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

período, independentemente de o sistema ter sido homologado, nos termos dos anexos citados.

6.6. PRÁTICA OPERACIONAL SUPERVISIONADA

- 6.6.1. A prática operacional supervisionada será iniciada após a conclusão do treinamento em campo aplicado pela CONCESSIONÁRIA.
- 6.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar ocupação parcial dos postos operacionais em todas as estações, no CCO, nos postos do tráfego e da segurança pública operacional, a partir do primeiro dia da prática operacional supervisionada.
- 6.6.3. A ocupação dos postos se dará conforme as condições indicadas nos itens seguintes, de forma que ao final da segunda semana deste período de 90 (noventa) dias os postos operacionais que não estejam ocupados por empregados da CPTM, sejam operados por empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 6.6.4. Neste período, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar a ocupação dos postos pelos seus empregados, para assimilação e ambientação inicial do processo. Neste período deverão ser entregues as chaves operacionais de equipamentos, salas técnicas, cofres etc. ao representante da CONCESSIONÁRIA nas estações.
- 6.6.5. Deverá ser estabelecido pelas partes um plano de convivência operacional para o CCO do Brás.
- 6.6.6. Para a transferência da operação dos trens durante o primeiro mês desta fase, os empregados da CONCESSIONÁRIA deverão operar os trens acompanhados de um supervisor de tração da CPTM ou maquinista. Ao final deste período, permanecerá apenas um supervisor de tração da CPTM, por escala, que orientará e subsidiará os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

empregados da CONCESSIONÁRIA até que se completem os 90 (noventa) dias de prática operacional supervisionada.

- 6.6.7. No primeiro dia de prática operacional supervisionada dos trens, a CPTM deverá entregar ao representante da CONCESSIONÁRIA as chaves de todos os equipamentos, salas operacionais etc. relativos ao processo.
- 6.6.8. Para o grupo de pessoas da segurança pública operacional, durante a primeira semana de operação, os empregados da CONCESSIONÁRIA deverão assumir as rotinas da segurança acompanhados pelo pessoal da segurança da gerência de operações. Ao final deste período, os seguranças da CPTM serão retirados e permanecerá apenas um supervisor de segurança, por escala, que orientará e subsidiará o supervisor de segurança da CONCESSIONÁRIA até que se completem os 90 (noventa) dias de prática operacional supervisionada.
- 6.6.9. Durante toda a prática operacional supervisionada a gerência de operações da CPTM manterá assistência de engenharia da operação para auxiliar, orientar e supervisionar os empregados da CONCESSIONÁRIA. Esta orientação técnica operacional a ser fornecida pelo profissional da operação da CPTM estará fundamentada em procedimento operacional da CPTM. A adoção de modelo operacional da CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO III.A, somente será admitida encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o modelo operacional que vier a ser adotado.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

7.1. CONTRATOS DE SERVIÇOS E FORNECIMENTOS ATUAIS DA CPTM

#	CONTRATO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FORNECEDOR	OBJETO	VIGENCIA ATUAL (mês/dia/ano)	STATUS
1	46.421.306.100	OPERACIONAIS	AVCB	CONSTRUTORA OHANA LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO PARA OBTENÇÃO DO AVCB DAS ESTAÇÕES: BRÁS, COMENDADOR ERMELINO	9/22/2022	VENCIDO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

					MATARAZZO, JARDIM ROMANO, CALMON VIANA E USP-LESTE DA LINHA 12 – SAFIRA DA CPTM		
2	827.417.306.100	OPERACIONAIS	LOCOMOTIVAS	TRAIL INFRAESTRUTURA LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO GERAL EM 14 LOCOMOTIVAS DIESEL-ELÉTRICAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E INSUMOS, SENDO 8 LOCOMOTIVAS PARA O LOTE 1, E 6 LOCOMOTIVAS PARA O LOTE 2	4/2/2023	VENCIDO
3	824.817.306.100	OPERACIONAIS	ELEVADORES	SMARTLIFT ELEVADORES DO BRASIL LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E EMERGENCIAL, COM PEÇAS DE REPOSIÇÃO, EM 37 ELEVADORES, SENDO 36 DE FABRICAÇÃO THYSENKRUP E 1 ORTOBRÁS, INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DAS ESTAÇÕES DAS LINHAS: “9-ESMERALDA, 11-CORAL E 12-SAFIRA”	4/20/2023	VENCIDO
4	DV00323-01	OPERACIONAIS	LIMPEZA TÉCNICA	SP ALPINISMO MANUTENÇÃO PREDIAL E INDUSTRIAL LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA TÉCNICA DE ELEMENTOS EM ALTURA NAS ESTAÇÕES COMENDADOR ERMELINO E JARDIM ROMANO DA LINHA 12-SAFIRA DA CPTM	4/25/2023	VENCIDO
5	840.917.301.100	OPERACIONAIS	MATERIAL RODANTE	CAF BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 12 TRENS DE 4 CARROS DA SÉRIE 2070, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, AFERIDOS POR PADRÕES PRÉ-DEFINIDOS DE QUALIDADE, CONFIABILIDADE E DISPONIBILIDADE	9/30/2023	VENCIDO
6	921.306.100	OPERACIONAIS	ELEVADORES	ALPR – ELEVADORES LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 91 ELEVADORES	11/30/2023	VENCIDO
7	819.818.306.100	OPERACIONAIS	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVIÇOS EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E VEÍCULOS DE SERVIÇOS NAS LINHAS 11 – CORAL, 12 – SAFIRA E 13 – JADE DA CPTM	12/16/2023	VENCIDO
8	825.317.301.100	OPERACIONAIS	VIA PERMANENTE	CONSÓRGIO TGS – MANUTENÇÃO LINHAS 11 E 12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA VIA PERMANENTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS	1/31/2024	VENCIDO
9	3.921.306.100	OPERACIONAIS	ESCADAS ROLANTES	MIHL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. – ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 63 ESCADAS ROLANTES	3/16/2024	VENCIDO
10	821.918.306.100	OPERACIONAIS	ENERGIA	LORENCINI BRASIL – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA E ENSAIOS EM ÓLEO MINERAL ISOLANTE DOS TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA – LINHAS 7, 8, 9, 10, 11 E 12	3/28/2024	VENCIDO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

12	74.121.306.100	OPERACIONAIS	ESCADAS ROLANTES	MIHL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. – ME	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INTEGRAL DE PEÇAS EM 88 ESCADAS ROLANTES DA CPTM	7/31/2024	VINCENDO
13	807.019.306.100	OPERACIONAIS	TELECOM	ESAT COM.ENGENHARIA SERV. E ASSES. TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM REPARO COM FORNECIMENTO DE COMPONENTES DE REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS DAS ESTAÇÕES BASE REPETIDORA, TERMINAIS MÓVEIS E TERMINAIS PORTÁTEIS DO SISTEMA RADIOCOMUNICAÇÃO, LINHAS: “7-RUBI, 8 DIAMANTE, 9-ESMERALDA, 10-TURQUESA, 11-CORAL E 12-SAFIRA”	10/3/2024	VINCENDO
14	26.020.306.200	ADMINISTRATIVOS	RESÍDUOS SÓLIDOS	MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RSD) E OS ORIGINÁRIOS DA VARRIÇÃO GERADOS NAS ATIVIDADES DAS INSTALAÇÕES OPERACIONAIS E/OU ADMINISTRATIVAS DA CPTM, CLASSIFICADOS COMO NÃO PERIGOSOS DA CLASSE II-A – NÃO INERTES, COM UTILIZAÇÃO DE CONTAINER COM TAMPA E RODÍZIOS ARTICULÁVEIS	12/10/2024	VINCENDO
15	45.421.306.100	OPERACIONAIS	PINTURA PREDIAL	CONSTRUTORA OHANA LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA PREDIAL NAS ESTAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E FERRAMENTAS EFETIVAMENTE UTILIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – LINHA 7, LINHA 10, LINHA 11 E LINHA 12	12/31/2024	VINCENDO
16	822.519.306.102	OPERACIONAIS	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	PRESSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL NAS INSTALAÇÕES E TRENS DAS LINHAS: “12-SAFIRA E 13-JADE”, LOTE 4	1/31/2025	VIGENTE
17	822.519.306.103	OPERACIONAIS	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	COMANDO G8 – SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL NAS INSTALAÇÕES E TRENS DA LINHA “11-CORAL”, LOTE 3	1/31/2025	VIGENTE
18	008620306100-B	OPERACIONAIS	SUBESTAÇÕES	TERWAN SOLUÇÕES EM ELETRICIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE OPERAÇÃO ELÉTRICA DAS SUBESTAÇÕES RETIFICADORAS E CABINES SECCIONADAS DE TRACÇÃO DAS LINHAS DA CPTM	2/6/2025	VIGENTE
19	873.009.409.100	OPERACIONAIS	PASSARELAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA	CONVÊNIO VISANDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO, CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E VIGILÂNCIA DE PASSARELAS DE PEDESTRES P/TRANSPosição DA FAIXA FERROVIÁRIA, NO KM 33 P. 18 – PÁTIO MRS, E NO KM 35 P. 23 – XV DE NOVENBRO, C/ RESSARCIMENTO DE RECURSOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA P/ ATENDIMENTO DAS DESPESAS	3/10/2025	VIGENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

					C/ DESAPROPRIAÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DA PASSARELA XV DE NOVEMBRO, LINHA "12-SAFIRA"		
20	13.220.306.102	OPERACIONAIS	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVIÇOS EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, E LIMPEZA ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, LINHAS "11-CORAL, 12-SAFIRA E 13-JADE", LOTE 3	10/22/2025	VIGENTE
21	88.320.306.100	ADMINISTRATIVOS	IMPRESSORA	LELOPRINT BRASIL COMERCIAL EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIAS E DIGITALIZAÇÃO (OUTSOURCING) POR MEIO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E/OU IMPRESSORAS), MONOCROMÁTICO (PRETO E BRANCO), POLICROMÁTICO (COLORIDA), BEM COMO SOLUÇÃO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO, CONTABILIZAÇÃO (BILHETAGEM) DE IMPRESSÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS, COM PROVIMENTO DE TODOS OS SUPRIMENTOS ORIGINAIS, INCLUINDO TONNER E PAPEL, TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO ON-SITE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS ORIGINAIS, INCLUINDO AINDA A ALOCAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NAS DEPENDÊNCIAS DA CPTM, DE POSTOS DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS	6/23/2026	VIGENTE
22	818.474.309.100	OPERACIONAIS	PASSARELAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA	CONVÊNIO ENTRE A CPTM E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, TENDO POR OBJETO A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PASSARELA DE PEDESTRES, LOCALIZADA NO KM 36 DA LINHA "12-SAFIRA", LIGANDO O JARDIM JOANDRA, RUA VINTE E NOVE DE JULHO AO BAIRRO PEDREIRA, AV. BRASIL, ANTIGA ESTRADA DE ARACARÉ, EM FRENTE À RUA NARANDIBA, EM CONSTRUÇÃO PELA CPTM	11/3/2027	VIGENTE
23	1.822.300.100	OPERACIONAIS	MATERIAL RODANTE	CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S/A	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 35 TRENS DE 8 CARROS DA SÉRIE 8500, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, AFERIDOS POR PADRÕES PRÉ-DEFINIDOS DE QUALIDADE, CONFIABILIDADE E DISPONIBILIDADE	5/31/2028	VIGENTE
24	66.422.306.100	ADMINISTRATIVOS	PAISAGISMO	IGJ PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E DE ÁREAS VERDES	A CONFIRMAR	N/A

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

					EXISTENTES NOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS E NAS ÁREAS NÃO OPERACIONAIS DE RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, MEDIANTE A OPERACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
25	PE01623	ADMINISTRATIVOS	TRANSPORTE ADMINISTRATIVO	CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, MEDIANTE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, DOS GRUPOS “S-1”, “S-2”, “S-3”, E “S-4” EM CARÁTER NÃO EVENTUAL, COM/SEM CONDUTOR E COM COMBUSTÍVEL, OBJETIVANDO O DESLOCAMENTO PARA APOIO DAS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS EM TODAS AS LINHAS DA CPTM	A CONFIRMAR	N/A

7.2. CONTRATOS MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE

- 7.2.1. A CPTM mantém contratos com terceiros referentes à prestação de serviços contínuos e específicos associados à operação e à manutenção dos trens, sistemas e estações conforme descrito no ANEXO II.F.
- 7.2.2. Todos os contratos de manutenção preventiva e corretiva dos TRENS EXISTENTES serão transferidos à CONCESSIONÁRIA, que poderá definir a estratégia de assunção desses contratos.
- 7.2.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá sub-rogar o contrato da PPP de trens da Série 8000 celebrado entre a CAF e a CPTM. A CONCESSIONÁRIA poderá enviar proposta para o PODER CONCEDENTE caso possua o interesse em alterar a forma em que a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

manutenção dos trens da Série 8000 esteja sendo executada respeitando as cláusulas do CONTRATO.

7.3. CONTRATO DE UTILITIES

- 7.3.1. Até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir para sua responsabilidade as contas relacionadas ao consumo de água/esgoto e telefone, atualmente perante as empresas fornecedoras, SABESP e, se for o caso, com a VIVO.

8. EQUIPAMENTOS

8.1. EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA DE GESTÃO

- 8.1.1. Os equipamentos e a infraestrutura de informática de gestão instalados nas LINHAS permanecerão em uso pela CPTM durante todo o período de transição, nos postos onde houver empregados da CPTM. Nos postos onde os empregados da CPTM forem retirados antes de serem completados os 360 (trezentos e sessenta) dias, os microcomputadores destes postos serão removidos.
- 8.1.2. Ao término desse período todos os microcomputadores da CPTM serão removidos, exceto um microcomputador, com conexão com a rede corporativa da CPTM, em cada

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

uma das estações, para atendimento às necessidades administrativas do serviço de bilhetagem do PODER CONCEDENTE.

- 8.1.3. Durante este período, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a instalação de sua própria infraestrutura de informática.

8.2. EQUIPAMENTOS DE VÍDEO VIGILÂNCIA (CFTV)

- 8.2.1. A CPTM mantém sistemas de vigilância patrimonial e vídeo monitoramento, nos termos do contrato de prestação de serviços cuja vigência a CPTM deverá manter até o término da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
- 8.2.2. Após o término da vigência do contrato de prestação de serviços, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar ou contratar um sistema de vídeo monitoramento que atenda, no mínimo, às características descritas no ANEXO II.C, bem como uma central de monitoramento em suas dependências com conexões para transmissão de imagens ao PODER CONCEDENTE, conforme ANEXO III.A.

9. ENERGIA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADAS À ENERGIA

- 9.1.1. A comercialização de energia elétrica é regulamentada pelo Decreto Nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que estabelece que a comercialização dar-se-á nos ambientes de contratação regulada ou livre, nos termos da legislação e de atos complementares.
- 9.1.2. A CPTM, na maioria de suas subestações de alta tensão de 138/88kV, realiza as suas operações de compra e venda de energia no ACL. Como tal, possui contrato de compra e venda de energia elétrica, atualmente com um comercializador de energia (Banco BTG Pactual) até 31/12/2029.
- 9.1.3. Por ser consumidor livre, a CPTM é obrigatoriamente agente da CCEE. Na CCEE, ocorrem diversos processos como, por exemplo, a contabilização do mercado de curto

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

prazo e a contabilização de energia de reserva, regulamentados pelos procedimentos de comercialização definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Nesse ambiente, a CPTM possui seu contrato de energia e o consumo de suas subestações registradas na CCEE pelo agente comercializador para as operações de contabilização de sua energia do Setor Elétrico Nacional, definindo o que cabe a cada agente assumir em termos de custos ou créditos, decorrentes dessas operações na CCEE.

- 9.1.4. A CPTM, por ser consumidor livre, possui, para cada subestação elétrica modelada na CCEE, CUSD com a distribuidoras de energia locais, no caso, a Enel Brasil S.A. e a EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
- 9.1.5. No caso das LINHAS, a CPTM possui atualmente as seguintes subestações elétricas de 138/88 kV em operação, já modeladas na CCEE: Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca.
- 9.1.6. Considerando a entrada em operação dos trechos de expansão da LINHA 11 (Estudantes – Cezar de Souza), da LINHA 12 (Calmon Viana – Suzano) e da LINHA 13 (Engenheiro Goulart – Gabriela Mistral e Aeroporto-Guarulhos – Bonsucesso), bem como a diminuição do intervalo do SERVIÇO prestado na LINHA 11 e da LINHA 12 e do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, a CONCESSIONÁRIA deverá estimar o consumo e a demanda das novas subestações primárias, bem como o acréscimo da demanda nas subestações existentes, para adequar o reflexo de tais valores nos contratos de fornecimento e demanda de energia, bem como adequar seus acordos operativos. No caso de alguma dessas futuras subestações vierem a entrar em operação antes de 31/12/2029, sua energização deverá ocorrer através de contratos firmados pela própria CONCESSIONÁRIA, sendo vedada a utilização da energia proveniente do contrato firmado pela CPTM.
- 9.1.7. Se a CONCESSIONÁRIA optar por modelar as subestações existentes, que se encontram no mercado livre, para consumidor cativo, deverá iniciar o processo com a antecedência prevista no artigo 52 do Decreto nº 5163/2004, de 5 (cinco) anos, para a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

retirada da modelagem dessas subestações da CCEE, conjuntamente com a Enel Brasil S.A. e EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. Assim, a CONCESSIONÁRIA simultaneamente liberará a titularidade dos contratos com a fornecedora de energia e efetivará os contratos com as distribuidoras, de acordo com as suas premissas de operação. Neste caso, reitera-se que o término do contrato de fornecimento de energia da CPTM no ambiente livre tem previsão de ocorrer em 31/12/2029.

- 9.1.8. Conforme definido pelo EDITAL, a data de transferência de responsabilidades pelos custos da energia elétrica será a da emissão da ORDEM INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL. Sendo esta data anterior às transferências legais de titularidade dos contratos, contas e faturas com a distribuidora, os custos da energia elétrica decorrentes deverão ser ressarcidos à CPTM, custos esses que são cobrados por volta de 40 (quarenta) dias após o mês de consumo, incluindo qualquer custo que vier a ser cobrado da CPTM em função dessas demandas, realizado a partir da data referida, enquanto ainda não transferidas as titularidades das unidades consumidoras com fornecimento nas modalidades A2, A4 e B3 (alta, média e baixa tensões).
- 9.1.9. Para a transferência de titularidade dos contratos na modalidade de consumidor cativo deverão ser respeitados os prazos de formalização antecipada de intenção de transferência de titularidade, de 180 (cento e oitenta) dias para a modalidade A2 e de 90 (noventa) dias para a modalidade A4, de forma a evitar incidência de multas. Portanto, tais comunicações deverão ocorrer durante a FASE PRÉ OPERACIONAL. Contudo, caso haja custos decorrentes de indenizações referentes à amortização de investimentos realizados pela Enel Brasil S.A., pela EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, ou outras regulamentadas decorrentes de alterações contratuais, inclusive em razão de alteração de demanda contratada, entre outras situações que se apliquem às unidades em referência, durante as transferências de titularidade, caberá à CONCESSIONÁRIA arcar com todos os custos.
- 9.1.10. Para a transferência de titularidade dos contratos referentes à subestação de modalidade A2 atualmente no mercado livre, também deverão ser obedecidos os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

prazos do parágrafo anterior, ou seja, 30/06/2029, para os CUSD, bem como para todas as tratativas e providências junto à CCEE.

9.2. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA DE TRAÇÃO

9.2.1. A CPTM possui contrato de fornecimento de energia de tração no ACL – Ambiente de Contratação Livre firmado com o Banco BTG Pactual, englobando o fornecimento para as subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, com vigência até 31/12/2029. A partir do início de OPERAÇÃO COMERCIAL pela CONCESSIONÁRIA, e até o final da vigência do contrato de compra de energia, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente a CPTM conforme regras estabelecidas no item 8 deste ANEXO, não podendo optar por outra contratação de fornecimento de energia com outras empresas para o mesmo escopo contratual, observada a vigência da contratação, ou seja, até 31/12/2029. Com até 6 (seis) meses de antecedência do final da vigência, ou seja, até 30/06/2029, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar ao PODER CONCEDENTE qual será o seu futuro fornecedor de energia, iniciando desta forma o processo de transferência da responsabilidade pela contratação e pelo pagamento da energia de tração em alta tensão (A2), incluindo as decorrentes dos CUSD, cuja titularidade também deverá ser transferida à CONCESSIONÁRIA a partir de 01/01/2030.

9.2.2. Ao final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA obrigatoriamente deverá ter concluído o processo de transferência dos CUSD e dos CCER em média tensão (A4) para as cabines primárias e contas de energia em baixa tensão (B3) assumindo a responsabilidade pelo pagamento das despesas de energia.

9.3. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE ENERGIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS ANTERIORES ÀS TRANSFERÊNCIAS DE TITULARIDADE (GESTÃO CPTM)

9.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente à CPTM os valores pagos referentes à energia consumida, os custos de distribuição, os impostos, obrigações junto à CCEE, multas contratuais por ultrapassagem de demanda contratada, e demais custos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

pertinentes e regulamentados, envolvendo as contratações nas modalidades livre e cativo, referentes às subestações com fornecimentos em A2, cabines primárias com fornecimento em A4, e instalações alimentadas em baixa tensão B3 das LINHAS. As condições e prazo do ressarcimento serão estabelecidos em normativo a ser expedido pelo PODER CONCEDENTE em conjunto com a CPTM, quando do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

- 9.3.2. Unidades no Mercado Cativo. Os valores pagos das faturas das unidades consumidoras contratadas no Mercado Cativo junto à concessionária local deverão ser ressarcidos pela CONCESSIONÁRIA à CPTM em seu valor integral, pois estas já consideram tanto o fornecimento de energia elétrica quanto o uso do sistema de distribuição e impostos.
- 9.3.3. Unidades no Mercado Livre. A CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir mensalmente à CPTM os valores proporcionais à energia consumida nas subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, sendo que o cálculo desta proporcionalidade será realizado através dos dados obtidos do relatório de medidas consolidadas do SCDE da CCEE, determinando a parcela percentual que caberá à CONCESSIONÁRIA em relação ao total da fatura de energia do contrato de fornecimento de energia no ACL celebrado pela CPTM. Este processo de apuração será mensal.
- 9.3.4. As faturas referentes aos CUSD das subestações existentes deverão ser ressarcidas em seu valor integral, uma vez que nestas estão contidos os encargos para uso do sistema de distribuição e os impostos referentes ao fornecimento da energia elétrica.
- 9.3.5. As tarifas públicas dos contratos vigentes de energia são reguladas pela ANEEL.
- 9.3.6. Os encargos provenientes da CCEE, como garantia financeira, liquidação financeira do mercado de curto prazo, de encargo de energia reserva, contribuição dos agentes e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

outros, também serão considerados de forma proporcional, utilizando o relatório de medidas consolidadas do SCDE da CCEE.

- 9.3.7. As despesas relativas às unidades no mercado livre terão sua memória de cálculo apresentada à CONCESSIONÁRIA, que terá 5 (cinco) dias úteis para análise e manifestação. A ausência de manifestação por parte da CONCESSIONÁRIA neste prazo será entendida como aprovação da despesa. Nesse caso, a CPTM cobrará o devido ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer alegação contrária.

9.4. SAZONALIZAÇÃO

- 9.4.1. A CPTM realiza anualmente a sazonalização do contrato de fornecimento de energia elétrica no ACL. Para as subestações Manoel Feio, Sebastião Gualberto, Braz Cubas, Calmon Viana, Ayrton Senna, Ermelino Matarazzo e Patriarca, a CPTM realizará os cálculos e os apresentará à CONCESSIONÁRIA com até 10 (dez) dias de antecedência do prazo de entrega final. As possíveis divergências deverão ser discutidas e solucionadas entre as partes de forma pontual.

9.5. FATURAS DE ENERGIA

- 9.5.1. Enquanto não forem realizadas as transferências de titularidade dos contratos e contas de energia de baixa tensão (B3), a CPTM encaminhará à CONCESSIONÁRIA as faturas de energia elétrica referentes às unidades consumidoras das LINHAS. A CONCESSIONÁRIA terá até 5 (cinco) dias úteis para manifestação sobre qualquer possível divergência apresentada nas faturas. A ausência de manifestação por parte da CONCESSIONÁRIA neste prazo será entendida como fatura aprovada. Nesse caso, a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

CPTM cobrará o devido ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer alegação contrária.

9.6. ALTERAÇÕES DE DEMANDA CONTRATADA

9.6.1. Até a realização da transferência de titularidade dos contratos das unidades consumidoras, a CPTM permanecerá como gestora dos contratos junto à Enel Brasil S.A. e à EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, de forma que necessidades de alterações de demandas contratadas deverão ser identificadas e informadas pela CONCESSIONÁRIA à CPTM para avaliação e realização do processo.

9.6.2. As solicitações de alteração de demanda contratada deverão ser apresentadas à CPTM e deverão conter as seguintes informações:

- i. Nome da unidade consumidora;
- ii. Referência contratual da unidade consumidora;
- iii. Mês para a alteração de demanda contratada;
- iv. Demanda contratada atual em horário de ponta e fora de ponta;
- v. Demanda contratada desejada em horário de ponta e fora de ponta;
- vi. Justificativa técnica para a alteração de demanda contratada; e
- vii. Tabela comparativa de custos atuais e custos previstos para a unidade consumidora após alteração.

9.6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as solicitações de alteração de demanda contratada com a antecedência necessária para atender aos prazos definidos na legislação do setor elétrico e aos trâmites internos da CPTM. Portanto, tais solicitações devem obedecer aos seguintes prazos:

- i. Aumento de demanda contratada ou alterações de acordo operativo: devem ser solicitados com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do início do novo valor de demanda desejado. Considera-se este prazo para a alteração do Acordo Operativo desde que sua minuta já esteja consolidada entre as partes, inclusive por parte da Enel Brasil

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

S.A. e da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, e devidamente aprovadas pela CPTM e pela CONCESSIONÁRIA;

- ii. Redução de demanda contratada para subestações – A2: devem ser solicitadas com antecedência mínima de 7 (sete) meses do início do novo valor de demanda desejado;
- iii. Redução de demanda contratada para cabines primárias – A4: devem ser solicitadas com antecedência mínima de 4 (quatro) meses antes do início do novo valor de demanda desejado.

9.6.4. A CPTM analisará todas as solicitações de alteração de demanda contratada, que devem ser justificadas tecnicamente. Caso a CPTM verifique a existência de divergências na solicitação, informará a CONCESSIONÁRIA, concedendo prazo para eventual correção.

9.6.5. Caso a solicitação de alteração de demanda contratada gere custos para adequação do sistema elétrico, estes custos serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.

9.7. ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA CONTRATADA

9.7.1. A ocorrência de ultrapassagens de demanda contratada gera multas aplicadas em termos contratuais pela Enel Brasil S.A e pela EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

9.7.2. Os custos e multas referentes às ultrapassagens de demanda contratada serão de responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA, salvo em ocasiões em que a indisponibilidade no fornecimento se dê por razões não atribuíveis ao consumidor, conforme previsto no parágrafo único do art. 93 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

LIGAÇÕES DE ENERGIA BAIXA TENSÃO (B3)

FORNECEDORA	LINHA	INSTALAÇÃO	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO	ESTAÇÃO/ÁREA RESPONSÁVEL	CIDADE
ELETROPAULO	11	116280280	R. ENG. BALEM, 136 - TATUAPÉ	PÁTIO BELÉM	SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

BANDEIRANTE	11	33065721	AV. GUILHERME GIORGI, 1405	CABINE SECCIONADORA DE JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11	33065713	R. GUILHERME GEORGE, 1235	LAVADOR JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
ELETROPAULO	11	54529522	R. MARAMBAINHA, 37	TORRE DE RÁDIO (DOFS)	SÃO PAULO
BANDEIRANTE	11	34439943	R. BASILIO MARQUES, 28 B	ESTACIONAMENTO/DEPÓSITO VP ESTAÇÃO MDC	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11	34412654	PÁTIO DAS OFICINAS - MOGI DAS CRUZES - 08710-000	PÁTIO DAS OFICINAS - MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11	34701940	PN - PROF. NORMA VICENTE, 47	PASSAGEM DE NÍVEL ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11	37006754	R. HERCULANO D. RIBAS, 612 C9	REDE AÉREA DE CALMON - DOFE	POA
BANDEIRANTE	11	37006649	R. HERCULANO D. RIBAS, 556	PÁTIO DE CALMON VIANA	POA
ELETROPAULO	11	203206050	R ARMAÇÃO DOS BÚZIOS 113	GUARITA CANTEIRO DE OBRAS ARTHUR ALVIM	SÃO PAULO
ELETROPAULO	11	204253578	AV. NAGB FARAH MALUF, 1880	CABINE SECCIONADORA JOSÉ BONIFACIO	SÃO PAULO
BANDEIRANTE	11	150428137	AV. IBAR, S/N	POSTE DE ILUMINAÇÃO PASSARELA PÚBLICA.	POA
BANDEIRANTE	11	151284678	RUA FELIX MAZZUCA, Nº 100	CABINE SECCIONADORA FERRAZ DE VASCONCELOS	FERRAZ DE VASCONCELOS
ELETROPAULO	11	73883361	R. DR. ALMEIDA LIMA, 581	PATIO / OFICINAS ROOSEVELT	SÃO PAULO
BANDEIRANTE	11 - ESTAÇÃO	33066272	AV. DONA AUREA MARTINS DOS ANJOS, 18	ESTAÇÃO JUNDIAPEBA	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11 - ESTAÇÃO	33338531	AV. GOVERNADOR ADHEMAR DE BARROS, 135	ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11 - ESTAÇÃO	44040105	R. CABO DIOGO OLIVER, 19	ESTAÇÃO MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES
ELETROPAULO	11 - ESTAÇÃO	201399810	RUA SALVADOR GIANETTI, 305	ESTAÇÃO GUAIANAZES	SÃO PAULO
BANDEIRANTE	11 - ESTAÇÃO	35290200	AV. PADRE ANCHIETA, 1355	ESTAÇÃO BRAZ CUBAS	MOGI DAS CRUZES
BANDEIRANTE	11 - ESTAÇÃO	37519859	R. PROF. ALVARO PAVAN, 9	ESTAÇÃO ESTUDANTES	MOGI DAS CRUZES
ELETROPAULO	11/12	201586113	RUA ALVINOPOLIS, 450 X ENT IND	CABINE SECCIONADORA VILA MATILDE	SÃO PAULO
ELETROPAULO	11/12	45186294	AV. AGUIA DE HAIA, S/N CS1	POSTO SEGURANÇA ANTIGA ESTAÇÃO ARTHUR ALVIN	SÃO PAULO
ELETROPAULO	11/12	44930313	R. MELO PEIXOTO, 1618 - TATUAPE	SUBESTAÇÃO(PÁTIO) SEBASTIAO GUALBERTO - REDE ÁREA - LINHAS 11/12 - (DOLE)	SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

BANDEIRANTE	12 - ESTAÇÃO	34729631	AV. BRASIL, 1443	ESTAÇÃO CALMON VIANA	POA
BANDEIRANTE	12 - ESTAÇÃO	38695120	AV. PRES. TANCREDO NEVES, 800	ESTAÇÃO ITAQUAQUECETUBA	ITAQUAQUECETUBA
BANDEIRANTE	12 - ESTAÇÃO	36741493	R. VER. OSVALDO DO NASCIMENTO, 55	ESTAÇÃO ARACARÉ	ITAQUAQUECETUBA
ELETROPAULO	12 - ESTAÇÃO	88461793	PRAÇA AG. CICERO, S/N	ESTAÇÃO BRÁS	SÃO PAULO

9.8. LIGAÇÕES DE ENERGIA MÉDIA TENSÃO (A4)

CONTRATO	FORNECEDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
802217305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO POÁ	150788080	ABRIL
803017305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO DOM BOSCO	MTE0010021	JUNHO
825716305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO GUAIANASES	MTE0007735	OUTUBRO
825816305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	11-CORAL	ESTAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO	MTE0008001	OUTUBRO
826016305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO ANTÔNIO GIANETTI NETO	503720	OUTUBRO
831016305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO SUZANO	150900397	OUTUBRO
831216305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	ESTAÇÃO FERRAZ DE VASCONCELOS	150800653	NOVEMBRO
022022305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO SÃO MIGUEL PAULISTA	0201817838	OUTUBRO
022322305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ITAIM PAULISTA	0200148775	OUTUBRO
803817305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO JARDIM ROMANO	200196479	JUNHO
804917305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ERMELINO MATARAZZO	200019253	JUNHO
805117305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO JARDIM HELENA-VILA MARA	200145841	JUNHO
805817305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO USP LESTE	200019252	JUNHO
809717305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	ESTAÇÃO BRÁS	MTE0012997	JUNHO
826116305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	ESTAÇÃO ENGENHEIRO MANOEL FEIO	149063	OUTUBRO
811517305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	13-JADE	ESTAÇÃO ENGENHEIRO GOULART	203086830	JULHO
822917305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	ESTAÇÃO GUARULHOS-CECAP	150968551	DEZEMBRO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024

PPP LINHAS 11, 12 e 13

CONTRATO	FORNECEDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
823017305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	ESTAÇÃO AEROPORTO-GUARULHOS	150964630	JANEIRO

9.9. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA - ALTA TENSÃO (A2) - MERCADO LIVRE

OBJETO	CONTRATADA	VIGÊNCIA
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL, PARA ENTREGA NO CENTRO DE GRAVIDADE DO SUBMERCADO SUDESTE/CENTRO-OESTE PARA AS SUBESTAÇÕES DE TRACÇÃO ELÉTRICA DA CPTM	BANCO BTG PACTUAL	31/12/2029

9.10. CONTRATOS DE CONEXÃO E USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (CCD/CUSD) - ALTA TENSÃO (A2)

CONTRATO	DISTRIBUIDORA	LINHA	LOCAL	Nº INSTALAÇÃO	MÊS DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL CUSD
839816305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	11-CORAL	SUBESTAÇÃO BRAZ CUBAS	502316	ABRIL
DL01223-01	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	11-CORAL	SUBESTAÇÃO PATRIARCA	ATE0015411	ABRIL
807817305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO MANOEL FEIO	150444793	JUNHO
808517305100	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO SEBASTIÃO GUALBERTO	100002923	JULHO
840416305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO CALMON VIANA	150063188	ABRIL
DL00623-01	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (ENEL)	12-SAFIRA	SUBESTAÇÃO ERMELINO MATARAZZO	ATE0015004	ABRIL
842117305100	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	13-JADE	SUBESTAÇÃO AYRTON SENNA	150980578	ABRIL